



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

9º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

MACAÉ

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2025 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Aponte a característica correta do poder constituinte originário:

- a) decorrente
- b) incondicionado
- c) divisível
- d) limitado pelas normas constitucionais anteriores
- e) revolucionário

2) São subprincípios tradicionais do princípio da proporcionalidade:

- a) proporcionalidade em sentido estrito, equidade e adequação
- b) adequação, necessidade e igualdade
- c) proporcionalidade em sentido estrito, equidade e necessidade
- d) necessidade, adequação e razoabilidade
- e) necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito

3) A técnica da interpretação conforme à Constituição:

- a) Concilia o princípio da supremacia da Constituição com o da presunção de constitucionalidade das leis, adequando o sentido da lei aos valores do texto constitucional.
- b) Suprime a eficácia da lei, cabendo ao Senado Federal dar publicidade ao ato.
- c) Visa a preservar a norma da declaração de inconstitucionalidade, retirando-a temporariamente do ordenamento jurídico.
- d) Insta o Poder Legislativo a adequar a norma em conformidade com a Constituição Federal, declarando a validade da lei por um prazo específico.
- e) Estimula a atividade criativa do juiz em hipótese de lacuna normativa, permitindo a adequação da norma à melhor aplicação para o caso concreto.

4) Segundo a mais moderna jurisprudência do STF:

- a) A declaração de inconstitucionalidade incidental de norma constitucional pelo STF tem efeitos *inter partes*, cabendo ao Senado Federal dar efeitos *erga omnes* à decisão.
- b) A declaração de inconstitucionalidade incidental pelo STF não tem efeitos *erga omnes*.
- c) A declaração de inconstitucionalidade incidental pelo STF tem efeitos *erga omnes*, cabendo ao Senado Federal apenas dar publicidade à decisão.
- d) A mutação constitucional não se aplica às normas originárias da Constituição Federal.
- e) A decisão do STF em controle difuso e incidental produz efeito *erga omnes* apenas após a convalidação do pronunciamento pelo Senado Federal.

5) Da decisão do Tribunal de Justiça que julga ação direta de inconstitucionalidade estadual contra norma de reprodução obrigatória, cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal, qual seja:

- a) a arguição de preceito fundamental
- b) recurso extraordinário
- c) reclamação constitucional
- d) mandado de segurança
- e) ação direta de inconstitucionalidade

6) Na repartição de competências, a Constituição brasileira adota:

- a) O modelo de Estado federal, no qual os entes federados são dotados de auto-organização, autogoverno e autoadministração.
- b) O modelo de Estado unitário descentralizado, em que a outorga de competências constitucionais pode ser alterada a qualquer tempo pela União Federal.
- c) O modelo de Estado federal, no qual os entes federados são dotados de auto-organização, autogoverno e autonomia judiciária.

- d) O modelo de Estado unitário, em que a União Federal exerce a moderação dos conflitos interfederativos.
- e) O modelo de Estado federal, no qual os estados e a União Federal compartilham competências constitucionais e as outorgam aos municípios.

7) Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) Na ordem constitucional de 1988, o processo legislativo não compreende a elaboração de decretos legislativos.
- b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser objeto de nova deliberação na mesma sessão legislativa mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- d) As leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração são de iniciativa privativa do Presidente da República ou do Senado Federal.
- e) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples.

8) Sobre o regime dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados as nomeações para os empregos públicos e os cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) As funções de confiança destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento e os cargos em comissão destinam-se às atividades técnicas, burocráticas ou operacionais.
- c) O exercício do direito de greve é vedado a todos os servidores públicos.
- d) O servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e) A vedação de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

9) A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa incorreta:

- a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- b) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, exceto nos meios digitais.
- e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

10) Os direitos fundamentais:

- a) Limitam-se a proteger os indivíduos das ações do Estado.
- b) Protegem o indivíduo das ações do Estado e de pessoas jurídicas, não se aplicando entre pessoas físicas.
- c) Protegem os indivíduos nas relações privadas, mas ao Estado só se aplicam para proteção da liberdade individual.
- d) Aplicam-se horizontalmente para proteger os indivíduos também nas relações privadas.
- e) Aplicam-se horizontalmente, razão pela qual o Estado deve atuar sempre pautado pelo princípio da mínima intervenção.

DIREITO CIVIL

11) Sobre o instituto da emancipação prevista no Código Civil, qual das alternativas abaixo não traduz forma de cessar a incapacidade dos menores de 18 anos:

- a) Exercício de emprego público efetivo.
- b) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- c) Concessão da emancipação pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- d) Casamento.
- e) Expedição de título de eleitor.

12) Sobre a maioridade e os direitos da personalidade, observe as assertivas abaixo:

I – A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

II – A incapacidade cessará caso o menor seja aprovado para curso de ensino superior em instituição pública.

III – São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

IV – São relativamente incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

13) Observe as assertivas a seguir a respeito dos negócios jurídicos:

I – Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

II – A existência, e não a validade, do negócio jurídico depende de agente capaz; objeto lícito, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não proibida em lei.

III – Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

IV – Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

V – A incapacidade relativa de uma das partes pode ser sempre invocada em benefício próprio.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III, IV.
- c) I, III, e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II, IV e V.

14) Mário incorreu em altas dívidas com jogos de aposta online, e, com necessidade premente de pagar suas contas devida a agiotas, decidiu vender sua casa. Manoel, se aproveitando da premente necessidade de Mário, aceitou comprar sua casa pelo valor de R\$ 100.000,00, mesmo sabendo que o valor era de R\$ 900.000,00. Seis meses depois, já livre do vício das apostas, Mário procura advogado para tentar reaver sua casa. De acordo com o Código Civil, o negócio celebrado entre Mário e Manoel pode ser anulado por:

- a) Lesão.
- b) Coação.
- c) Simulação.
- d) Estado de perigo.
- e) Dolo.

15) De acordo com o Código Civil, são bens fungíveis aqueles que:

- a) Tem função especial.
- b) Podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- d) Os bens móveis de pequeno valor.
- e) Existem sobre si, abstrata ou concretamente.

16) A respeito da extinção das obrigações, em que consiste a novação?

- a) Quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, com extinção das duas obrigações, até onde se compensarem.
- b) Quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- c) Quando na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.
- d) Quando credor perdoa a dívida do devedor.
- e) Quando o devedor deixa de pagar a dívida do credor.

17) Considerando o que dispõe o Código Civil acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) É nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- c) Além dos casos expressamente declarados na lei, é válido o negócio jurídico que não revestir a forma prescrita em lei.
- d) O prazo para anulação, quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleiteá-la, será de vinte anos, a contar da data da conclusão do ato.
- e) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e pode ser confirmado com o decurso do tempo.

18) No tocante à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

- a) Como regra, adota-se a teoria do risco integral para embasar a responsabilidade civil do Estado, respondendo por qualquer ato comissivo ou omissivo de seus agentes.
- b) A condenação em primeira instância e segunda instância, posteriormente revertida pelos tribunais superiores, gera responsabilidade civil do Estado.
- c) A lei posteriormente declarada inconstitucional sempre gera responsabilidade civil ao Estado.
- d) É assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável por danos causados a terceiros somente nos casos em que ficar comprovado erro grosseiro.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

19) Assinale a opção correta em relação aos tipos societários:

- a) Na sociedade anônima, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) Não se admite mais a constituição de sociedade comandita simples.
- c) A sociedade limitada pode ser constituída por uma ou mais pessoas.
- d) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade.
- e) Na sociedade limitada, os sócios respondem solidariamente por todas as dívidas da sociedade.

20) De acordo com o Código Civil, quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços é considerado:

- a) Comerciante.
- b) Negociador.
- c) Empregador.
- d) Empresário.
- e) Contador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) O Direito Processual brasileiro é regido por regras e princípios, expressos ou não no Código de Processo Civil. Dentre as opções abaixo, assinale a que NÃO representa um princípio do processo civil:

- a) Princípio da duração razoável do processo.
- b) Princípio da execução prioritária de títulos públicos.
- c) Princípio do contraditório e ampla defesa.
- d) Princípio da publicidade.
- e) Princípio da boa-fé processual.

22) Segundo Fredie Diddier, “condição da ação é uma categoria criada pela Teoria Geral do Processo, com o propósito de identificar uma determinada espécie de questão submetida à cognição judicial”. Assinale a alternativa que indica três condições da ação:

- a) Possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade das partes.
- b) Possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e cumprimento dos prazos.
- c) Possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e competência do juiz.
- d) Interesse de agir, legitimidade das partes e competência do juiz.
- e) Interesse de agir, cumprimento dos prazos e competência do juiz.

23) De acordo com o CPC/2015, a petição inicial será indeferida quando for inepta. Considera-se inepta a petição inicial:

- a) quando a fundamentação não apresentar jurisprudência.
- b) quando o pedido for determinado.
- c) quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- d) quando a assinatura do advogado estiver rasurada.
- e) quando contiver múltiplos pedidos.

24) A competência jurisdicional é o poder de exercer a jurisdição nos limites estabelecidos por lei. É também o âmbito dentro do qual o juiz pode exercer a jurisdição. Sempre que a jurisdição é exercida fora das regras da competência, tem-se um caso de incompetência. Acerca da incompetência e o seu tratamento pelo CPC/2015, é INCORRETO afirmar que:

- a) A incompetência será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- c) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
- d) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- e) Os efeitos de decisão proferida pelo juízo relativamente incompetente são absolutamente nulos e serão revertidos imediatamente após a declaração da incompetência.

25) Sobre a capacidade processual, é CORRETO afirmar que:

- a) O incapaz não pode ser parte, enquanto durar sua incapacidade.
- b) O incapaz pode ser parte, desde que seja representado exclusivamente pelo Ministério Público Federal.
- c) A pessoa casada necessita do aval do cônjuge para propor ação.
- d) O Estado pode ser representado em juízo pelos Procuradores do Estado e pelos Procuradores da União, mas nunca pelos Procuradores do Município.
- e) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

26) De acordo com a doutrina, recurso é o meio ou instrumento destinado a provocar o reexame da decisão judicial, no mesmo processo em que proferida, com a finalidade de obter-lhe a invalidação, a reforma, o esclarecimento ou a integração. À luz do tratamento que o Código de Processo Civil de 2015 dá aos recursos, é CORRETO afirmar que:

- a) Dos despachos cabe recurso de agravo de instrumento.
- b) O Ministério Público só pode interpor recursos nos processos em que é parte.

- c) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- d) Apenas uma parte pode interpor recurso por vez; se uma parte já tiver interposto um recurso, a outra deverá aguardar o julgamento deste antes de interpor o seu.
- e) A decisão recorrida deve ser integralmente impugnada, não sendo cabível recurso apenas contra parte da decisão.

27) Assinale a opção que NÃO contém um dos recursos elencados no CPC/2015:

- a) Recurso intercorrente.
- b) Recurso especial.
- c) Recurso extraordinário.
- d) Agravo de instrumento.
- e) Apelação.

28) Os embargos de declaração são espécie de recurso de fundamentação vinculada, o que significa dizer que os casos previstos para a oposição de embargos declaratórios são específicos e determinados. Assinale a opção que contém um caso em que NÃO são cabíveis os embargos de declaração:

- a) Para esclarecer obscuridade.
- b) Para eliminar contradição.
- c) Para suprir omissão.
- d) Para interromper o prazo.
- e) Para corrigir erro material.

29) Acerca do tratamento jurídico dos prazos processuais pelo CPC/2015, é CORRETO afirmar que:

- a) Os prazos estabelecidos em dias, seja pela lei, seja pelo juiz, computar-se-ão em dias corridos.
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Ao juiz é facultado reduzir prazos peremptórios, independentemente de anuência ou comunicação das partes.
- d) A parte poderá interpor recurso fora do prazo, desde que apresente justificativa plausível.
- e) A Fazenda Pública não goza de prazo em dobro para as suas manifestações processuais, em obediência ao princípio da paridade de armas.

30) A coisa julgada é a qualidade da sentença representada pela imutabilidade do julgado e de seus efeitos, depois que não é mais possível impugná-los por meio de recursos. À luz do CPC/2015, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, mas apenas dentro de um processo, não impedindo a rediscussão da matéria, desde que em outro processo entre as mesmas partes.
- b) Coisa julgada material é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- c) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- d) Não fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- e) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.